



Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Secretaria Executiva

Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial

**17ª Reunião Ordinária do
Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI**

06/07/2023, 11h00 – 13h00

Palácio do Planalto, Salão Leste, Brasília, DF

Pauta

1. Abertura

Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Vice-Presidente da República e
Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,
que passa a presidir a reunião

Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria

Sergio Nobre, Presidente da Central Única dos Trabalhadores

2. Aprovação dos Atos Normativos (deliberação)

Resolução CNDI nº 01 – Propõe as missões e os objetivos específicos da Nova Política Industrial

- Apresentação das missões de desenvolvimento industrial
- Votação

2.1. Apresentação do inventário de ações empreendidas em favor do desenvolvimento industrial

- a. Brasil Mais Produtivo: Geraldo Alckmin
- b. CIIA-NPAC: Rui Costa (CC)
- c. Ações de desburocratização de crédito: Fernando Haddad (MF)
- d. Reconstrução do Complexo Econômico-Industrial da Saúde: Nísia Trindade Lima (MS)
- e. Investimentos da FINEP: Luciana Santos (MCTI)
- f. Decreto Mais Alimentos: Paulo Teixeira (MDA)

- g. Investimentos do BNDES, TR de inovação e crédito exportação: Aloizio Mercadante

Resolução CNDI nº 02 – Regimento interno do CNDI

- Votação

Resolução CNDI nº 03 – Dispõe sobre o compartilhamento de dados entre os membros representantes do Estado

- Votação

3. Próximos Passos

- Inscrição para participação nos Grupos de Trabalho do Comitê Executivo do CNDI.

4. Assinatura do ACT Máquinas Agrícolas para a Agricultura Familiar

Partícipes:

- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC;
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA;
- Banco do Brasil S.A. – BB;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB;
- Banco da Amazônia – BASA
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
- Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – EMBRAPPII; e
- Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

Vídeos da reunião

Link para a transmissão da primeira parte da reunião pelo Youtube:

https://www.youtube.com/watch?v=mVs_5TJdR8Q

Link para a transmissão da segunda parte da reunião pelo Youtube:

<https://www.youtube.com/watch?v=ud60JFpUOBc>

Relato

1. Abertura

No início da reunião, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva solicitou ao Vice-Presidente, Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Presidente do CNDI, Geraldo Alckmin, que abrisse oficialmente a reunião e desse seguimento aos itens de pauta. O Presidente do CNDI apresentou os vários avanços já conquistados para o setor produtivo, nos

seis meses de gestão, tanto do ponto de vista da desburocratização quanto de estímulo à produção em diversos segmentos, destacando as seguintes conquistas:

1. Novo PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores)
2. Programa Automotivo (carros leves)
3. Programa Renovação de Frota (ônibus e caminhões)
4. Confert (Conselho Nacional de Fertilizantes e Nutrição de Plantas)
5. Comitê Gás para a Indústria
6. Programa Brasil Mais Alimentos
7. Programa Construa Brasil
8. Plataforma do Comércio Eletrônico
9. Novo PAC
10. GECEIS (Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde) e CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) para o Complexo Econômico Industrial da Saúde
11. Taxa Referencial (TR) autorizada para financiamento do BNDES de projetos de Inovação
12. Redução do spread do BNDES para crédito à exportação de bens industriais
13. Reorganização financeira do Fundo Garantidor FGI-PEAC, do BNDES, para apoio às pequenas empresas
14. Linha BNDES de crédito em dólar para o setor industrial
15. Linha BNDES de crédito em dólar para setor agropecuário (compra de máquinas)
16. Alinhamento da política de desenvolvimento industrial com a política de inovação
17. Desburocratização
18. Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) – assinado contrato de gestão com MDIC

Além dessas realizações, o Ministro destacou especialmente o Programa Brasil Mais Produtivo (BMP), focado na difusão de tecnologias para transformação digital de empresas, buscando criar “*smart factories*”, com a mobilização de R\$ 1,5 bilhão, entre 2023 e 2026, por meio de uma parceria do MDIC com Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Em seguida, o Ministro Alckmin apresentou um breve histórico do CNDI, assim como as novas missões de desenvolvimento industrial, seus princípios e recursos. O Vice-Presidente afirmou que a nova política industrial brasileira é orientada para atender às demandas da sociedade

brasileira e está ancorada em alguns princípios, como inclusão socioeconômica; promoção do trabalho decente e melhoria da renda; equidade, em particular de gênero, cor e etnia; desenvolvimento produtivo e tecnológico e inovação; incremento da produtividade e da competitividade; redução das desigualdades, incluindo as regionais; sustentabilidade; e inserção internacional qualificada.

O Ministro anunciou uma injeção inicial de R\$ 106,16 bilhões nos próximos quatro anos para estimular o desenvolvimento industrial em áreas consideradas estratégicas para o país. Os recursos serão provenientes do BNDES, da Finep e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

O Ministro, por fim, saudou o fato de o CNDI retomar os trabalhos justamente no dia em que está prevista a votação da reforma tributária na Câmara dos Deputados. “É uma boa sinergia. É um dia histórico. A reforma tributária vai ser fundamental para a economia brasileira”.

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, celebrou a retomada dos trabalhos do Conselho e os esforços do governo voltados à neointustrialização do país, com participação e contribuição do setor. Ademais, ressaltou a tendência global de ampliação dos investimentos em desenvolvimento industrial, inclusive em países mais industrializados, como EUA, China, Alemanha e França. De acordo com ele, isso se deve à necessidade de enfrentamento de um novo momento, que exige geração de empregos de qualidade, de ampliação do conhecimento e tecnologia. “Só a indústria é que realmente seria capaz de prover essas necessidades para esses países.” Andrade afirmou que a indústria brasileira, incluindo o setor agropecuário, representa atualmente quase 80% das exportações brasileiras. “Nós representamos 63% dos investimentos em inovação e tecnologia do setor privado. É o setor industrial que dá competitividade para a agricultura, para a pecuária e ao setor de serviços”, afirmou.

O Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Sérgio Nobre, falando em nome das centrais sindicais presentes (que fazem parte do Conselho - CUT, Força Sindical e UGT) defendeu que a única saída para o país é uma base industrial forte e inovadora. “É o que a gente vê em todos os países do mundo que deram um padrão de vida decente para o seu povo, e [uma indústria] bastante inovadora. A neoindústria que o companheiro Alckmin fala é importante. Mas gostaria de chamar atenção que a *‘old indústria’* (a indústria tradicional) também precisa de atenção, porque a gente tem regiões importantes, tradicionais, em que é essa a indústria que luta contra todo tipo de adversidade para continuar sobrevivendo.” Assim como diversas outras pessoas que tiveram fala na reunião, o Sr. Sergio Nobre criticou a taxa de juros da economia definida pelo Banco Central, como um fator que atrapalha a nova política industrial do país.

Após a abertura da reunião, o Vice-Presidente, na qualidade de Presidente do CNDI, decidiu adiar a apreciação e aprovação das propostas de resolução para o final da reunião, passando diretamente ao relato de iniciativas de membros do Conselho.

2.1. Apresentação do inventário de ações empreendidas em favor do desenvolvimento industrial

Foram feitos os seguintes relatos:

- a. Brasil Mais Produtivo: Ministro Geraldo Alckmin, apresentado na abertura
- b. CIIA-NPAC: Ministro Rui Costa, Casa Civil
- c. Reconstrução do Complexo Econômico-Industrial da Saúde: Nísia Trindade Lima, da Saúde;
- d. Decreto Mais Alimentos: Ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- e. Indústria da Defesa: Ministro José Mucio, da Defesa;
- f. Ações de desburocratização de crédito: Dario Carnevalli Durigan, Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, representando o Ministro Fernando Haddad;
- g. Investimentos da FINEP: Luis Manuel Rebelo Fernandes, Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, representando a Ministra Luciana Santos;
- h. Investimentos do BNDES, TR de inovação e crédito exportação: Aloizio Mercadante, Presidente do BNDES,

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou, durante a reunião, a recriação da Comissão Interministerial de Aquisições (CIIA-PAC), que irá disciplinar e coordenar a implementação da exigência de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais em contratações públicas direcionadas ao Novo PAC. Com isso, o governo busca incentivar a produção nacional e a inovação em setores estratégicos, de maneira a impulsionar o crescimento econômico do país. A comissão deverá ser formalmente constituída por ocasião do lançamento do Novo PAC. “A ideia é que possamos, juntos, articular todas as cadeias produtivas e identificar, em cada cadeia produtiva, como torná-la mais competitiva para que tenhamos o fornecimento nacional nesses projetos do PAC”, explicou o Ministro da Casa Civil.

Em seguida, a Ministra da Saúde, Nísia Trindade, indicou que foi retomado o grupo executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, que está sendo coordenado pelo MS em parceria com o Vice-Presidente/Ministro Alckmin, e destacou que a dependência externa do Brasil em relação a medicamentos, vacinas e equipamentos médicos pode ser reduzida com investimentos no setor. Segundo ela, as importações na Saúde somaram US\$ 23 bilhões, “é a segunda maior dependência externa setorial do Brasil. (...) Basta lembrar que não tínhamos disponíveis máscaras adequadas, respiradores, naquele momento fatal da pandemia. (...) O Brasil é dependente, na área farmacêutica, de 90% dos chamados insumos farmacêuticos ativos”. Para ela, a nova política industrial é uma oportunidade estratégica, tanto para garantir a saúde como vetor de desenvolvimento, como para fortalecer o papel internacional do país nesse setor. “No momento em que o Brasil assumirá a presidência pro tempore do G-20, dos Brics e do Mercosul, isso se coloca com muita força, e há grande interesse dos outros países em uma cooperação solidária a partir de nossas capacidades”. Ela falou também sobre a capacidade de compras do Sistema Único de Saúde e a possibilidade de os investimentos no setor criarem 9 milhões de empregos diretos. “Hoje nós temos o desafio de pensar essa nova

política industrial com o fator de inovação que se coloca e com o forte componente de política que existe na Saúde”.

Em seguida, o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, falou sobre a retomada do programa Mais Alimentos, conforme anunciado no último dia 28/06/23, no Plano Safra da Agricultura Familiar. “O objetivo é mecanizar a agricultura familiar no Brasil [...]. Nós temos cerca de 4 milhões de propriedades familiares no Brasil. E estima-se que apenas 18% dessas propriedades são mecanizadas. Assim, temos uma oportunidade nessa área: de aumentar a mecanização, melhorar as condições de trabalho, melhorar a renda no campo, desenvolver uma agroindústria muito potente no campo do Brasil e aumentar a produção de máquinas que serão produzidas para esta finalidade”, concluiu. O MDIC compartilha com o MDA a coordenação do Mais Alimentos.

O Ministro da Defesa, José Múcio, ressaltou que a indústria da Defesa é um dos focos da nova política industrial. O objetivo é promover tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais, e o setor não pode prescindir das mãos do governo. “Os grandes clientes passam por decisão do Estado.” De acordo com o Ministro, o investimento na indústria da defesa tem crescido no mundo todo. “É um fenômeno. No ano passado, R\$ 2 trilhões foram investidos na indústria da defesa no mundo. No Brasil também tem crescido, com a ajuda inestimável do BNDES”, afirmou. Segundo ele, a indústria de defesa brasileira emprega 3 milhões de pessoas.

Representando o Ministro Fernando Haddad, o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, ressaltou os esforços da pasta para a melhoria do ambiente comercial e econômico no país como um todo. Além das grandes reformas, como a tributária, citou medidas de microcrédito e o trabalho conjunto com o MDIC para o programa de descontos para a compra de carros novos, que considerou “um sucesso”, além do avanço em direção à transição ecológica. Colocou o Ministério à disposição do CNDI para trabalhar em todas as missões, apoiando as entregas. E concluiu: “o Ministro Haddad tem me pedido isso com muito afinco, aproveitar as oportunidades únicas que a gente tem no Brasil, e que a gente dê um passo além e aproveite essas oportunidades do país, estruturando também as novas medidas em apoio à indústria em especial, olhando para a transição ecológica, aproveitando a oportunidade do G-20”, disse o Secretário.

Representando a Ministra Luciana Santos, o Secretário-Executivo do MCTI, Luis Fernandes, destacou a importância de incorporação do estímulo e apoio à inovação empresarial como um pilar central da nova política industrial. O tema central da sua fala foram os investimentos da FINEP na nova política industrial, com a promoção da inovação empresarial, assim como de parcerias entre instituições científicas e tecnológicas (ICTs), universidades e empresas para o desenvolvimento tecnológico, destacando, ademais, o papel da Embrapii. Registrou também que esse aporte só está sendo possível pela decisão do governo atual do Presidente Lula de “recompôr em tempo recorde, integralmente, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico [FNDCT]”. Destacou a confluência das ações do governo em torno do CNDI como uma “janela de oportunidades que se abre para o Brasil”.

Para o Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, a retomada dos trabalhos do CNDI significou “mais um passo na reconstrução de um espaço público e democrático por um governo que

tem capacidade de ouvir, de dialogar, e de construir junto com o setor privado uma política industrial e uma política de desenvolvimento”. Ele defendeu muita “ambição e ousadia” para o CNDI e lembrou que o desafio é gigante. De acordo com ele, um grande desafio hoje é o custo do crédito, o que só terá solução com a redução da taxa de juros. “O ambiente macroeconômico melhorou expressivamente, o câmbio voltou, a inflação caiu, e o interesse pelo Brasil com a volta do Presidente Lula é gigantesco”. Mercadante lembrou que o BNDES voltou a ter crédito externo e que é possível alavancar o financiamento e fazer parcerias tecnológicas até com as economias mais desenvolvidas. “E usar essa bipolaridade China-Estados Unidos para a gente adensar nossa cadeia industrial e retomar, atrair investimentos estratégicos para o Brasil”, defendeu.

Em seguida, foi passada a palavra ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse que o Brasil tinha que fazer uma nova revolução industrial e que, no que dependesse do governo, as condições para isso seriam criadas. “Queremos compartilhar com a sociedade as soluções para os problemas deste país. (...) Quero dizer a vocês que temos três anos e meio, porque o mandato da gente acaba logo (...). E o Alckmin e eu não temos tempo a perder. O meu governo não tem tempo a perder. Não voltei a governar esse país para fazer o mesmo que já fiz. A gente voltou para tentar fazer as coisas [de maneira] diferente. E [para] fazer a revolução industrial deste país, para a gente ser competitivo de verdade, a hora é agora”, afirmou o Presidente.

Entre as condições que devem ser dadas para essa revolução, conforme ressaltou o Presidente, estão a ampliação de recursos disponíveis pelo BNDES para “fazer a economia funcionar” e a retomada da oferta de crédito em bancos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Ele defendeu que, para o Brasil voltar a ser grande, precisa ter condições de induzir o crescimento econômico do país. “Acabou aquela bobagem de que o Estado tem que ser forte ou fraco. Acabou. O Estado tem que ser o Estado necessário”.

Após sua fala, o Presidente Lula retirou-se e a reunião prosseguiu.

2. Aprovação dos Atos Normativos

Foram apresentadas e aprovadas as Resoluções números 1, 2 e 3:

Sobre a Resolução nº 1, foram sugeridas duas alterações pontuais, todas acatadas na versão final do documento: (1) o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura e Pecuária, Irajá Lacerda, sugeriu inserir, no enunciado da missão 1, sobre cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais (art. 6º), a referência à segurança energética; e (2) Raul Jungmann, Presidente do IBRAM, solicitou a inclusão de “e minerais” no primeiro objetivo específico da missão 5, sobre bioeconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas (art. 10, inciso I), passando essa parte do texto a ter a redação “inclusive materiais e minerais críticos”.

Além disso, a Ministra Simone Tebet fez referência positiva à inclusão da equidade de gênero, cor e etnia, como princípio da nova política industrial (art. 2º, inciso II); e a Ministra Esther Dweck destacou positivamente a relevância das questões sociais e sua interface com as missões definidas da política industrial.

As Resoluções nº 2 e nº 3 foram aprovadas sem alterações.

A reunião prosseguiu regularmente para o próximo ponto de pauta.

3. Próximos Passos: Distribuição dos atores nos grupos de trabalho

O Ministro Alckmin destacou a importância da inscrição dos Ministérios nos Grupos de Trabalho (GTs) do CNDI e solicitou que fossem enviados os nomes para os respectivos GTs de interesse para o e-mail do CNDI (cndi@mdic.gov.br).

Algumas centrais sindicais demandaram a inscrição de outras centrais no CNDI. O Ministro Alckmin respondeu que outras instituições poderão participar como convidadas do Conselho.

Finalmente, passou-se para o último item de pauta da reunião.

4. Assinatura do ACT Máquinas Agrícolas para a Agricultura Familiar

Durante a reunião do CNDI, o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, assinou junto com MDIC, MCTI, Embrapa, BNDES, Finep, Embrapii, Banco Nordeste do Brasil, Banco do Brasil e Banco da Amazônia um Acordo de Cooperação Técnica para promover o desenvolvimento tecnológico e a ampliação da oferta de máquinas, implementos, equipamentos e tecnologias adaptados às necessidades da agricultura familiar. O acordo faz parte da retomada do programa Mais Alimentos.

5. Encerramento

Finalizada a pauta da reunião, nada mais havendo a tratar, o Ministro Alckmin agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

A reunião iniciou às 11h26min e encerrou às 13h41min.

A lista de presença encontra-se em arquivo anexo.